

RESENHA: QUANDO O FILÓSOFO FALA DE ANJOS *

HOMERO SANTIAGO **

“Quanto a você, vejo que não tanto filosofa quanto, se permite a expressão, teologiza, já que expõe suas ideias sobre os anjos, a profecia e os milagres, ainda que talvez o faça filosoficamente.”
Oldenburg a Spinoza, carta 29.¹

Em 1670 publicava-se na Holanda, sob anonimato e com falsa indicação de editor, o *Tratado teológico-político*, cuja autoria – os contemporâneos não tardaram em descobrir – era do filósofo Bento (ou Baruch ou Benedictus) de Spinoza, que então contava 37 anos. Sob diversos aspectos, o *TTP* (assim se costuma abreviar o título do livro) é uma obra filosófica singular, que o dom de deixar o leitor em estranhamento, sobretudo no que concerne ao modo como a filosofia nele opera. Tanto é assim que por um bom tempo houve quem recusasse reconhecer-lhe um estatuto propriamente filosófico, chegando a negar o seu vínculo orgânico com o sistema espinosano – sua composição seria somente fruto do acaso, um acidente da vida; real mas de somenos em cotejo com teses mais brilhantes como a unidade

substancial, a absoluta determinação de todas as coisas, etc. Por que isso? Arrisquemos dizer que o fato se deve, em grande medida, à forma assumida pelo livro, o procedimento nele empregado e o objeto sobre que se debruça.

Dá-se que, no essencial, o *TTP* é um cerrado exercício de interpretação do texto bíblico, particularmente do Antigo Testamento, que lança mão de um novo método interpretativo. Teses, opiniões, posicionamentos críticos e análises, de certo ponto de vista (aquele mesmo que buscaremos salientar) tudo se submete ao exercício interpretativo, seu tempo, seus rumos e exigência, sempre necessitando erguer-se do material bíblico e incessantemente medir-se com ele. Como já se falou de uma “ordem das razões” que coordenaria a composição e sobretudo a argumentação de alguns textos de filosofia, quiçá possamos dizer que o *TTP* se constrói de ponta a ponta segundo uma *ordem da interpretação*. Daí mesmo sua singularidade, daí sua estranheza. O *TTP* é antes de qualquer outra coisa um exercício de leitura, e leitura das Sagradas Escrituras. Mas que leitura! E que objeto de leitura! Com o peso de quase três séculos e meio de distância precisamos de um pouco de esforço histórico para restituir ao livro algo de seu contexto e assim a importância que ele assume, numa época em que o texto escriturístico é um documento que decide vida e morte, guerra e paz, invocado por toda parte e não poucas vezes com resultados tenebrosos, que serve muito particularmente à fundamentação do poder político. Leitura o *TTP* é, sem dúvida, mas não leitura de qualquer texto. E isso faz toda a diferença, a ponto de dotar-lhe de uma força excepcional, aquela que nos salta aos olhos nos termos do édito pelo qual os Estados Gerais da Holanda interditam em 1674 a impressão e divulgação a obra. Trata-se de um livro pernicioso, indutor do erro, venenoso,

* Prefácio do livro “Ética e *interpretatio* em Spinoza: *emendatio* da superstição teológico-política”, de autoria de José Soares das Chagas, e em processo de publicação pela Editora da UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – EDUECE. Todas as remissões ao autor farão referência à dissertação (de onde se originou parte do livro), disponível em: <http://www.uece.br/cmef/dmdocuments/dissertacoes2011_etico_hemeneutico_imanentista_spinoza.pdf>.

** Professor do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo - USP.

¹ Citaremos a correspondência de Espinosa sempre a partir da edição de Atilano Domínguez, *Correspondencia*, Madri, Alianza, 1988, fornecendo a numeração das cartas aí presente.

infundado, abominável, blasfematório.² Não será exagerado afirmar que poucas vezes na história a filosofia terá surgido de forma tão fulgurante, em vestes inusuais que exalam um perigo certo. E isso exatamente porque, no fundo, essa obra não é mais que um exercício de leitura que obriga seu autor a ficar falando de anjos, profecias e milagres.

São essas peculiaridades do *TTP* bem como seu estatuto filosófico que se buscam desvendar neste trabalho de José Soares das Chagas. Vejamos o significado desse empreendimento, muito relevante para a compreensão do espinosismo em sua inteireza.



Um dos mais frequentes correspondentes de Espinosa foi Henry Oldenburg, presidente da Sociedade Real de Londres, que reunia alguns dos principais homens de saber da Inglaterra, homens que se reputavam esclarecidos e sensatos, amantes da sabedoria e da verdade. Do intercâmbio epistolar entre os dois restaram-nos 28 cartas e esse conjunto de documentos é das mais importantes fontes de que dispomos acerca do período de redação do *TTP*, as razões da obra, e também o porquê de provocar ela tamanha espécie nos leitores, mesmo tratando-se de um Oldenburg, amigo do autor e legítimo homem de ciência. Foi a ele que Espinosa comunicou, numa carta perdida e provavelmente datada de meados de 1665, que trabalhava na redação de um “tratado sobre as Escrituras” que sabemos ser o *TTP*. Na resposta que envia ao filósofo, a certo momento Oldenburg alude à informação e o faz naqueles termos que acima

² O texto do édito (que retiramos de Marilena Chauí, *Espinosa, uma filosofia da liberdade*, São Paulo, Moderna, 1995, p. 8) é o seguinte: “Para prevenir contra este veneno pernicioso e impedir, na medida do possível, que alguém possa ser por ele induzido ao erro, julgamos nosso dever declarar esse livro de acordo com o que foi descrito e reputá-lo blasfematório e pernicioso para a alma, cheio de teses infundadas e perigosas e de abominações em detrimento da verdadeira religião. Como consequência, por este ordenamento, interdítamos a todos e a cada um imprimir, divulgar ou vender tal livro e outros que lhe sejam semelhantes, sob pena de castigos previstos pelos éditos do país.”

demos em epígrafe, ou seja, Espinosa está a fazer teologia em vez de filosofar. Vemos por aí como, antes mesmo da finalização e publicação, a dubiedade acerca de seu estatuto já pesava sobre a obra. Espinosa filósofa? Aparentemente não, pois fala de anjos e milagres. Teologiza? Pode ser, mas pelo menos que o faça filosoficamente. É possível, contudo, teologizar filosoficamente? Deixemos de lado essas questões, ao menos pelo momento, para voltarmos à troca epistolar. Numa carta seguinte, Espinosa justificará redigir um tratado sobre suas “opiniões acerca das Escrituras” alegando três motivos: 1º) os preconceitos dos teólogos que impedem os homens de se consagrarem à filosofia; 2º) a acusação de ateísmo que alguns lhe dirigem; 3º) a afirmação da liberdade de filosofar e expressar-se que se vê ameaçada pelos predicadores (carta 30).

Ao ler essas explicações, Oldenburg é célere em estimular Espinosa cobrindo-o de elogios. Este age, afirma aquele, como se espera de “um homem sensato e um filósofo, já que ama os homens de bem”; e por isso, conclui, Espinosa não precisa temer que os mesmos homens de bem, em contrapartida, igualmente o amem.

Aprovo totalmente as causas que você aduz como razões que o incitaram a elaborar o tratado sobre as Escrituras, e desejo ardentemente poder contemplar com meus olhos seus comentários sobre o tema. (carta 31).

E logo depois de lembrar que outrora, noutro texto, Espinosa havia confessado calar suas opiniões, Oldenburg prossegue instando para que o caso não se repita:

Oxalá expresse, finalmente, as ideias por você concebidas e se entregue a cuidar do orbe filosófico e a educá-lo. (...) Por que vacila, meu amigo, o que teme? Intente, comece, termine uma tarefa tão importante e verá como todo o coro dos verdadeiros filósofos o apoia. Atrevo-me a empenhar minha palavra, e não o faria se duvidasse que poderei mantê-la. (carta 31).

Oldenburg reputa-se um sincero amante da verdade e acredita nos poderes desse amor; por isso mesmo não se faz de rogado ao incentivar Espinosa. “Intente, comece, termine...” Receios são desnecessários; as eventuais calúnias e

incompreensões do vulgo ou dos falsos filósofos serão rechaçadas pelos “verdadeiros filósofos”, que saberão levantar trincheiras na defesa de um dos mais insignes representantes do “orbe filosófico”. O tom empenhado e efusivo é típico de alguém que nem podia imaginar o resultado do trabalho espinosano sobre as Escrituras que estava então sendo realizado. Se o soubesse, se ao menos desconfiasse do que viria, certamente o tom seria outro; como efetivamente o será dez anos mais tarde.

As cartas que conhecemos de Espinosa e de seus correspondentes são, salvo uma ou outra, aquelas publicadas em 1677 nas *Obras póstumas* do filósofo; o que ficou de fora acabou se perdendo e não sabemos de sua existência senão por inferência. No caso da correspondência com Oldenburg, é certo que algumas peças por nós desconhecidas foram deixadas de lado pelos organizadores das *Obras póstumas*. Quanto nos é permitido presumir a partir daquilo que nos restou, em algum momento o intercâmbio deve ter sido interrompido. Com efeito, após a carta de Oldenburg de 8 de dezembro de 1665 (a de número 33), as epístolas dadas nas *Obras póstumas* só reaparecem com data de 1675. É impossível saber o que se passou nesses dez anos, quanto se perdeu, as razões do lapso e, principalmente, a influência da publicação do *TTP*.³ Seja como for, ao menos sobre aquilo que nos interessa destacar disso tudo não paira nenhuma dúvida: a radical mudança de tom de Oldenburg em 1675 quando em comparação com as cartas de dez anos antes. Um lustro após o aparecimento do *TTP*, no auge do escândalo, em meio a polêmicas, refutações, proibições, as palavras tornam-se as de alguém que conhece o livro e sabe medir sua periculosidade. Ele promete “silêncio” no que lhe foi comunicado (carta 61); clama por moderação e prudência, ao tomar conhecimento da intenção espinosana de publicar um “tratado em cinco partes”, a *Ética*: “rogo-lhe que me permita advertir-lhe, pela sinceridade de meu afeto por você, que não ponha nele nada que pareça debilitar de alguma forma a prática da virtude religiosa” (carta 62);

³ Um estudo aprofundado dessa correspondência foi recentemente proposto por Omero Proietti, *Agnostos theos. Il carteggio Spinoza-Oldenburg (1675-1676)*, Macerata (Itália), Quodlibet, 2006.

por fim, sabendo que o autor do *TTP* está a revisar o livro e preparando algumas notas explicativas, é bastante incisivo no aconselhar:

Não posso menos que aprovar seu plano de aclarar e suavizar aquelas ideias do *Tratado teológico-político* que atormentaram os leitores. Tais me parecem ser, em primeiro lugar, o que ali se diz, de forma ambígua, sobre Deus e a natureza, já que são muitos os que opinam que você os confunde. A isso se acrescenta que a muitos parece que você suprime a autoridade e o valor dos milagres, ao passo que quase todos os cristãos estão persuadidos que são o único fundamento sobre que se pode levantar a certeza da revelação divina. Ademais, dizem que você oculta sua opinião acerca de Jesus Cristo, redentor do mundo e único mediador dos homens, e acerca de sua encarnação e satisfação. E pedem que você expresse claramente sua opinião sobre esses três pontos. Se fizer isso e suas opiniões forem bem aceitas pelos cristãos sensatos e razoáveis, penso que seus assuntos estarão a salvo. (carta 71).

Como se percebe sem esforço, a situação é inteiramente diversa da de uma década atrás. O “coro dos verdadeiros filósofos”, que prometia Oldenburg far-se-ia escudeiro de Espinosa, não só não se ergueu como ainda, por várias vezes, mostrou-se um adversário renhido. O “orbe filosófico” está horrorizado com opiniões que nenhum “cristão sensato e razoável” pode acatar. O *TTP* é uma bomba. Por quê? Bastam as três teses elencadas por Oldenburg para que estimemos as causas disso: 1ª) identificação entre Deus e natureza; 2ª) negação dos milagres e da revelação; 3ª) negação da divindade de Cristo e, portanto, da redenção. E a tudo isso o que se soma, ao invés de revisão, é o vigoroso arcabouço ontológico da *Ética*. O autor não arreda o pé. Algumas das certezas mais fundamentais da civilização judaico-cristã são violentamente balançadas: a imagem de um Deus transcendente (acima do mundo e dele separado), pessoal, monarca legislador, revelação, o privilégio da humanidade, livre-arbítrio, código de remuneração e pecado, e assim por diante. Não é preciso ir mais longe para pressentirmos toda a radicalidade do *TTP* e da filosofia subversora que o anima. E o mais fantástico: tudo isso obra de uma leitura

que alia solidamente o melhor da interpretação bíblica e o compromisso firme com a imanência.



Como é recordado por José Soares numa longa nota a que nos permitimos remeter o leitor (p. 105), a tensão entre fé e razão atravessa séculos, do momento em que primeiros cristãos começaram a servir-se da filosofia pagã para exprimir o novo credo até hoje. Pois no século XVII está aí uma questão candente e nesse vespeiro Espinosa, com o *TTP*, mete a mão para redefinir, e muito, os termos do debate. Retomemos Oldenburg. Ainda que Espinosa teologize, é de esperar-se, filósofo que é, que o faça “filosoficamente”. Podemos estar certos que assim Espinosa fez. Como bom racionalista que é, lê a Bíblia racionalmente, filosoficamente. Mas o que é, nesse caso, ler como filósofo? E mais, o que significa ler as Escrituras como filósofo racionalista?

Antes de mais nada, é trazer o texto de volta à terra e criticar aqueles que o acreditam dotado de um caráter sobrenatural, portador de uma verdade revelada que se devesse considerar a última palavra sobre tudo e qualquer coisa e a que, por isso mesmo, todos deveriam submeter-se. Ouçamos por um momento José Soares:

Os teólogos dizem encontrar nas Escrituras a Revelação ou a verdade divina manifestada aos homens por meio dos profetas. E com base no que estes disseram e nas narrativas prodigiosas encontradas nas páginas sagradas, arvoram-se o direito de ditar regras para a sociedade, inclusive no que diz respeito às opiniões de cada indivíduo. Invadem o campo das matérias especulativas e das ciências naturais, buscando o acordo forçado entre os fenômenos naturais e a mentalidade de um povo, cultural e temporalmente, longe deles. Querem, a qualquer preço, mostrar que, na Tanach e na Bíblia dos cristãos, não há nenhum preconceito ou imprecisão acerca da verdadeira ordem do mundo, mesmo que para isso precisem usar os mais variados recursos, tais como: fazer os profetas delirarem com eles; abominar a razão; ou perseguir os que sustentaram opinião diversa (p. 66).

Contra esse tipo de atitude, de que um dos efeitos mais estrondosos e lamentáveis foi a condenação de Galileu pelo Santo Ofício romano

em 1633, Espinosa não mede esforços e é peremptório na condenação, a qual vem prestar contas à primeira das razões que, vimos, haviam-lhe movido à composição do tratado: enfrentar “os preconceitos dos teólogos, já que (...) são o que mais impede os homens de se consagrarem à filosofia” (carta 30). Ora, não podemos ficar senão estupefatos que seres dotados de razão – e é presumível que os teólogos o sejam, ao menos para honrar o *lógos* que compõe o título de sua disciplina – tentem jogar por terra a própria razão subjugando-a a um texto, e pior, a um texto que conheceu uma transmissão atribuladíssima que o tornou repleto de incertezas, inclusive quanto à autenticidade de algumas passagens. Espinosa é duro. “Decididamente, é impossível não ficarmos espantados quando querem submeter a razão, o maior dos dons, essa luz divina, à letra morta que a malícia humana pode ter falsificado!”⁴ O que há de mais divino, não será um texto, mas a razão, é nela, e por ela, que Deus se manifesta. A submissão da razão, e portanto a sua destruição, é um atroz desconhecimento da própria divindade. Só mesmo a “malícia humana” pode explicar isso da parte de homens que se julgam estudiosos do ser de Deus, isto é, “teólogos”.

Esse restabelecer dos direitos da razão é o primeiro requisito de uma leitura filosófica e racionalista das Escrituras. Passo imprescindível, embora insuficiente, para compreendermos o teor do *TTP*, já que a mesma razão pode cair em tentações dignas da pertinácia dos teólogos, bastando para isso inverter os sinais de valoração. É de bom alvitre, pois, com bastante ênfase salientar que a leitura espinosana não buscará, ao ler o texto bíblico, avaliá-lo a cada passo pelo metro racional ou científico, o que implicaria cobrar do texto a expressão de um saber que ele, como documento moral que é, produzido numa época longínqua, não teria nenhuma obrigação de abarcar. Grosso modo, essa foi a via seguida por um dos melhores amigos de Espinosa, o médico e filósofo Luís Meyer que publicou em 1666 um volume intitulado *A filosofia intérprete das Sagradas Escrituras*. O que faz Meyer? Parte do pressuposto de que, em face das controvérsias interpretativas, é necessário assumir uma pedra de

⁴ *TTP*, cap. XV, trad. de Diogo Pires Aurélio, Lisboa, Imprensa Nacional & Casa da Moeda, 1988, p. 300.

toque para a interpretação, a qual será a ciência, cujas verdades são atestadas por todos. Assim, tudo que na Bíblia coincidir com as verdades científicas, deve ser acatado; do contrário, é preciso tentar buscar um acordo; se for impossível, aquela afirmação bíblica deve ser descartada como um acréscimo ou fruto de corrupção do texto.

Ora, convenhamos que o que pede Meyer ao texto religioso é que deixe de ser justamente um texto religioso, que ensina a fé, para tornar-se um documento científico ou uma espécie de porta-voz *avant la lettre* da ciência. Trata-se de um mau racionalismo, que comete um erro simetricamente oposto aos do que condenaram Galileu subjugando a fé à razão, coisas que no final das contas (e cujo porquê veremos) não precisam coincidir. Vale a pena ler as palavras de Espinosa contra essa posição, que era a de um grande amigo, por certo, mas não por isso meno equivocada.

Entre a fé, ou teologia, e a filosofia não existe nenhuma relação nem qualquer afinidade, como terá obrigatoriamente de admitir que quer que conheça o objetivo e o fundamento destas duas disciplinas em tudo divergentes. O objeto da filosofia é unicamente a verdade; o da fé, (...) é apenas a obediência e a piedade. (...) Quando tentam provar por demonstrações matemáticas a verdade e a autoridade da teologia e tirar à razão e à luz natural a respectiva autoridade, a única coisa que conseguem é colocar a teologia sob o domínio da razão, parecendo supor que a autoridade daquela só se reveste de algum brilho se for iluminada pela luz natural da razão.”⁵

Essas palavras nos dão certeza de que Espinosa procederá de modo bem diferente ao ler, estudar, interpretar as Escrituras no *TTP*. E para estimá-lo – pois está aí o coração da revolução operada pela obra – é mister ao menos delinear o caráter peculiaríssimo do “racionalismo absoluto” de Espinosa, que ao mesmo tempo em que põe a verdade em Deus, portanto na totalidade, não se esquece das coisas singulares.

Tal racionalismo absoluto espinosano e o alargamento dos poderes da razão que ele promove afirmando a inteira inteligibilidade do

real estão longe de resvalar na pretensão de tudo submeter à razão ou de forma até pueril achincalhar o “irracional”. Inversamente, o que se faz é levar a sério a ideia de que toda coisa, porque tem causa, possui uma racionalidade própria que pode ser compreendida e constitui o único critério para o conhecimento da própria coisa; nos termos que encontramos perto do final do apêndice da primeira parte da *Ética*, “a perfeição das coisas é a estimar só pela natureza e potência delas”, e por nenhum outro critério, nem mesmo os da razão. É uma regra a ser estritamente observada, pois uma das exigências maiores de um ponto de vista da imanência. O racionalismo espinosano é absoluto ou alargado porque capaz de compreender racionalmente a racionalidade daquilo que outros definem, com opróbrios insustentáveis, como “irracional” ou “absurdo”. Pelo contrário, se algo existe, é porque não é contraditório e tem causa determinada, logo possui uma positividade; e a tarefa do filósofo é apreender cada coisa em sua positividade, conforme o que ela é, e não como deveria ou poderia ser. No fundo, trata-se de uma posição que pode ser resumida como absoluto respeito, da parte do investigador, ao objeto investigado, ensejando uma leitura pautada pela imanência. E é exatamente isso o que faz o racionalista Espinosa quando se põe a estudar e analisar um objeto, a Bíblia, que está evidentemente longe de responder às exigências do saber científico, não por falha própria ou de seus leitores, mas simplesmente porque não era este seu objetivo. É o próprio estatuto do objeto em questão, o texto escriturístico, que se transforma, o que exigirá uma revolução metódica cujas linhas mais gerais podem ser apreendidas nesta passagem do presente estudo:

Para se viver segundo o que o “Espírito Santo” ensina e não nos subjugarmos ao discurso supersticioso dos teólogos, é necessário nos desvencilharmos das discussões filosóficas em torno da revelação, mostrando que as dificuldades em se entender o texto sagrado não diz respeito à transcendência de sua mensagem, mas ao fato de ser uma obra antiga, escrita em uma língua da qual pouco se conhece. Por isso, a purificação dos conceitos teológicos implica no estabelecimento de um método eficaz,

⁵ Ibidem, pp. 302, 305.

que sirva como instrumento de pesquisa, capaz de nos proporcionar uma aproximação de um escrito de mensagem simples, porém culturalmente longe de nós. “Ora, para sair de tais confusões, libertarmos a mente dos preconceitos dos teólogos e não abraçarmos temerariamente invenções humanas como se fossem ensinamentos divinos, temos de abordar e discutir o verdadeiro método para interpretar a Escritura” (p. 55).

Concluindo seu raciocínio com tais palavras, bem pinçadas no capítulo sétimo do *TTP*, o capítulo metodológico do livro, José Soares determina com exatidão a importância do método e seu papel de responsável pelo caráter bombástico da leitura espinosana da Bíblia quando considerada à luz das de sua época. Precisamos de um método e só por ele podemos libertar-nos dos teólogos e nos precaver de tomar gato por lebre, isto é, por palavra de Deus o que é só texto humano.

Não vamos nos deter nas discussões acerca do método que Espinosa propõe com vagar e argumentadamente no *TTP*. Este estudo apresenta isso e o leitor por ele se orientará com segurança. Para chegarmos aonde desejamos, bastará um resumo, extremo mas fiel à essência do procedimento metódico espinosano, afirmando que a sua regra de ouro é *nada afirmar da Escritura senão o que pode ser haurido a partir da própria Escritura*. Parece simples demais, e de fato o é; só que não é nada simplório, ao menos em seus pressupostos e efeitos. O que vai aí implicado bate de frente com séculos de interpretação bíblica e abre o caminho para uma leitura *literal* do texto. Entendamos bem: uma leitura que respeite a letra do texto, que leve em consideração sua história, suas várias redações em épocas diversas, acréscimos que se fizeram, perdas que a transmissão não evitou, a língua em que os textos foram redigidos, o estilo e a índole de cada autor, a situação apócrifa de certos trechos, e assim por diante. Leitura literal e respeitosa da letra porque leitura histórica e filologicamente orientada. É o que o método exige, e dessa forma a Bíblia torna-se um documento histórico, o qual conheceu as agruras de todo documento histórico e humano (basta pensar nas vicissitudes dos textos gregos e romanos que chegaram até nós). É um documento

excepcional, decerto, mas não um volume inspirado ou ditado por Deus, não um texto que possa dar a última palavra sobre tudo. Há coisas incertas no texto? Claro. Quantas coisas incertas também não se podem encontrar num texto grego do século VII a.C., por exemplo?! Nesses casos, ninguém o nega, o que temos a fazer é investigar (a língua, o contexto, cotejar variantes, etc.), e não apelar para não importa qual inspiração ou buscar sob a letra um espírito que normalmente vai contra a própria literalidade. “Assim”, diz com pertinência José Soares, “aquilo que não se pode determinar simplesmente pela própria Escritura não adianta buscar alhures. Ora, se há passagens obscuras e de difícil interpretação não se deve a nenhum significado transcendente; antes é por falta do conhecimento da língua e da história dos volumes sagrados” (p. 64).

Tal como um filósofo nosso contemporâneo pode interrogar filosoficamente o campo de saber não-filosófico – a psicanálise, o direito, as ciências humanas, a medicina, por exemplo –, Espinosa abordou a ciência bíblica de seu tempo e mobilizou-a a serviço da filosofia com efeitos notáveis. E para isso, é bom salientar, poucos estavam tão bem preparados quanto ele. Logo à abertura deste estudo o autor lembra que Espinosa nasceu em Amsterdã, de família judia, e esse é um dado que não vem somente à satisfação da curiosidade do leitor; pelo contrário, é essencial.

Espinosa nasceu, cresceu e educou-se no seio de uma das mais florescentes comunidades judaicas da Europa do século XVII; foi na escola comunitária que fez seus estudos de hebraico.⁶ Relata um dos primeiros biógrafos do filósofo, Lucas, que o jovem dedicou-se às letras hebraicas, leu e releu a Bíblia e os textos canônicos, e como tinha incomparável inteligência da língua, logo pôde dispensar-se de intérpretes.⁷ A dispensa de mediadores, autonomia, será amplamente

⁷ “Como ele lia apenas a Bíblia, logo tornou-se capaz de não mais precisar de intérprete. [...] Após o exame da Bíblia, leu e releu o Talmude com a mesma exatidão. E como não havia ninguém que o igualasse na inteligência do hebraico, não encontrou dificuldade nisso.” (Lucas, *La Vie de M. Benoît de Spinoza* na edição da *Ética* por Bernard Pautrat, Paris, Seuil, 1999, pp. 604-605).

⁶ O leitor encontrará pormenores do funcionamento da escola comunitária e dos anos de aprendizado de Espinosa em Steven Nadler, *Spinoza, a life*, Cambridge (EUA), Cambridge University Press, 2001, p. 61 e seg.

escorada pelo recurso à filologia hebraica. Em sua biblioteca dispunha Espinosa do melhor da bibliografia exegética, léxicos, concordâncias, múltiplas versões do texto bíblico;⁸ ele chegou a planejar uma gramática hebraica, cujo texto, inacabado, foi publicado nas *Obras póstumas*. De algumas peculiaridades da própria existência, que sob muitos aspectos determinavam desvantagens (tardamente aprendeu o latim, língua culta da época; nunca pôde exibir a erudição clássica de um Leibniz ou Descartes; mesmo excomungado, jamais perdeu a pecha de “judeu”), Espinosa soube aproveitar ao extremo, como armas para um trabalho inovador e que, justo por isso, exibia uma força pungente. A aliança entre o espírito filológico e a filosofia dá forma a um método novo de exegese, do qual os adversários pouco podiam escudar-se competindo no mesmo terreno. À diferença das complexas teorias da analogia, da leitura metafórica, das intuições do crente que arrostado a uma obscuridade desespera-se em busca do sentido exato, e também distante do literalismo chão, o *TTP* monta a crítica textual por meio da erudição bem balanceada e de regras claras e simples. Caso somemos aí a serenidade do livro, que inclusive nos momentos mais duros arma-se de uma ironia arguta que não cede à fúria desatinada, compreende-se a novidade e a quase irrefutabilidade da obra.

Uma perfeita exemplificação disso pode ser colhida nas palavras de Paul Vernière em seu clássico estudo sobre a recepção de Espinosa na França. A certa altura, todos queriam refutar o filósofo; em vão, porém, dado que incapazes de enfrentá-lo no mesmo patamar. A impotência dos membros da elite católica francesa diante do *TTP*, tal como descrita por Vernière, é reveladora, justamente por fazer residir o vigor da obra na simplicidade de seu método:

Os melhores dentre eles, assolados pelo pesado *quinquennium* da Sorbonne, respeitosos do aparato escolástico que consagrava seus estudos, não podiam compreender a eficácia do humilde método filológico. Quaisquer que fossem seus mestres, Santo Agostinho, Santo Tomás ou Descartes, eles estavam bem mais preparados para reagir à metafísica de Espinosa, à interpretação racional dos milagres e das

profecias do que a prestar atenção em detalhes de palavras ou em pesquisas lexicográficas.⁹

A incrível força do *TTP*, isto é, a força da leitura que ele empreende da Bíblia, não está em grandes teses, mas numa espécie de razão arqueológica que vasculha escrupulosamente cada passagem, conforme as exigências da filologia e com máximo respeito. Diz-se que o diabo mora nos detalhes; o Deus da Bíblia, da mesma maneira, só se desvela com a atenção aos pormenores, vírgulas, acentos, pontos variações semânticas, corruptelas. Os resultados logrados por Espinosa são impressionantes. Não vamos nos deter neles porque o leitor tem a seu dispor no corpo deste livro a reconstrução paciente da empresa, e por obra de um jovem autor que além de filósofo é teólogo, e portanto está mais bem capacitado do que nós à tarefa. Gostaríamos apenas de insistir num ponto, que é o modo de compreender essa armação metódica. Podemos afirmar, após a breve reconstituição da problemática do estatuto do *TTP*, que a contribuição maior do trabalho de José Soares das Chagas está na articulação do método de interpretação ao núcleo da filosofia espinosana, a imanência (e por isso iniciar pela *Ética* para só depois descer ao *TTP*), mediante o discernimento da aliança entre *interpretatio* e *emendatio*, a qual não só desvela a força do livro como principalmente apresenta-a em toda a sua força ética.



O termo latino *emendatio* apresenta-se no título de uma das mais importantes obras de Espinosa, o *Tractatus de intellectus emendatione*. A gama de variações na tradução desse título já sugere algo da dificuldade em apreender a exatidão do termo. *Emendare* é corrigir, reformar, emendar, purgar, purificar; mas sempre, no seu uso espinosano, de maneira muito peculiarmente. No *Tratado da emenda do intelecto*, trata-se de emendar o intelecto; não evidentemente para pô-lo de lado, mas para livrar o intelecto daquilo que com ele é muito amiúde confundido: a imaginação, o fictício, o falso. A *emendatio*, nessa medida, é um rigoroso exercício de distinção. Tomado um objeto, separa-se o que é próprio

⁸ Cf. Paul Vulliaud, *Spinoza d'après les livres de sa bibliothèque*, Paris, Bibliothèque Chacornac, 1934, cap. 1.

⁹ Paul Vernière, *Spinoza et la pensée française avant la Révolution*, Paris, PUF, 1982, p. 160.

do objeto e o que lhe é apenas enganosamente imputado e impede a boa compreensão do objeto em si mesmo e por si mesmo, em sua pureza. No caso da emenda do intelecto, por exemplo, isso implicará distinguir imaginação e intelecção, menos para dizer que o imaginar é prejudicial (a imaginação é tomada positivamente) que para identificar e evitar um erro corriqueiro: esperar das imagens um saber que só os conceitos podem oferecer. Emendar, nesse sentido, é pôr ordem nas coisas, limpar o terreno de tal modo que se possa bem compreender e também bem definir as coisas (o *Tratado da emenda*, como se sabe, caminha para uma definição do intelecto e lida muito com a teoria da boa definição).

Ora, conforme o estudo de José Soares é isso que o método interpretativo promove, uma *emendatio bíblica* que livra o texto do que lhe foi imputado ao longo dos séculos, buscando compreendê-lo em si mesmo (e por isso só concluir algo sobre a Escritura a partir da própria Escritura), naquilo que ele tem de positivo por si mesmo, sem cobrar-lhe o que não lhe caberia (a coincidência com a razão, como queria Meyer) nem deixar confundir-se com a verdade do texto o que é tão-somente acréscimo ou deturpação de seu sentido. A potência filosófica do *TTP* revela-se nisso, juntamente ao lado de seu valor ético – “ético” no sentido espinosano, que remete imediatamente ao problema do percurso à liberdade e à felicidade. Um único exemplo bastará para medir-se a importância dessa operação.

Após um longo percurso interpretativo, no capítulo XIII Espinosa pode concluir que por toda parte a Escritura, no que lhe é essencial, ensina sempre a mesma coisa, ou seja, que “toda a lei consiste unicamente em amar o próximo”; um ensinamento fundamentalmente moral, que dá um modelo de vida, não verdades especulativas. “Quanto às restantes especulações, que não visam diretamente este objetivo, quer contemplem o conhecimento de Deus ou o das coisas naturais, não dizem respeito à Escritura e devem, por conseguinte, estar separadas da religião revelada.”¹⁰ Uma distinção, portanto, é o primeiro passo da *emendatio* (o que pertence ao texto, o que não lhe pertence), o qual vai

logo na sequência permitir definir o que é a fé e distingui-la, em termos precisos, da filosofia (cap. XIV); com isso, pode-se finalmente demonstrar, nos termos do título do capítulo XV, “que nem a teologia está ao serviço da razão, nem a razão ao da teologia”. O motor da *emendatio* realizada no *TTP* é a interpretação ou hermenêutica, como também a qualifica José Soares. A *interpretatio* faz-se *emendatio*, e o resultado está longe de ser magro. É o que possibilita ainda a Espinosa uma riquíssima reflexão política cujo escopo final é, como afirma o último capítulo do *TTP*, “demonstrar que num Estado livre é lícito a cada um pensar o que quiser e dizer aquilo que pensa”. Ou seja, concluir a obra com a firme defesa da “liberdade de filosofar e de expressar o que pensamos”, a qual, conforme vimos na carta 30 a Oldenburg, precisava ser defendida contra os teólogos.

Armada do método interpretativo, a filosofia espinosana no *TTP* no efetua uma *emendatio* que se volta à defesa da liberdade. É pela reconstituição desse percurso que José Soares das Chagas nos convence da importância filosófica da obra, provinda justamente dessa aliança que ele identifica e aprofunda, partindo da imanência e de um novo conceito de Deus, passando pela leitura bíblica e seu método e terminando na defesa intransigente da liberdade de pensamento e expressão, sem a qual não há filosofia. O *TTP* é antes de tudo uma leitura; não porém uma simples leitura. Trata-se de uma leitura que, numa época de guerras e perseguições, disputas estereis e mortíferas, mostra-se condição do próprio filosofar. Em definitivo, saímos da leitura deste livro convencidos de que às vezes falar de anjos, profecias e milagres é muito mais que só falar de anjos, profecias e milagres, além de nada ter a ver com teologizar. É filosofar e empenhar a filosofia no mais importante dos combates: aquele que travamos por nossa liberdade.



¹⁰ *TTP*, trad. cit., p. 285.